



**XXVIII**  
**SEMINÁRIO**  
**INTERINSTITUCIONAL**  
*O papel da Ciência  
para a Agenda 2030*

**24 a 27**  
**outubro** 2023

## **PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E LAICIDADE ESTATAL**

Rafaela Giesel Dörr  
Carolina Jardim Machado  
Caroline da Silva Assupção dos Santos  
Denise Tatiane Girardon dos Santos  
Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)

**Resumo:** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou, no artigo 1º, inciso III, como um dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana. Dada a sua essencialidade, tal princípio é cláusula pétrea, inerente aos indivíduos, que, na qualidade de detentores/as de direitos e garantias, devem ser amparados/as pelo Estado. A laicidade estatal também está prevista no artigo 19 da Constituição, que marca a separação do Estado com instituições religiosas e assegura igualdade de tratamento a todas as pessoas, que professem, ou não, sua fé. A relação que se estabelece entre a dignidade da pessoa humana e a laicidade estatal reforça a primazia de uma sociedade tolerante e respeitosa, na qual os indivíduos possam exercer suas crenças, respeitados/as em sua individualidade. A presente pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: em que medida o Estado deve promover o princípio da dignidade da pessoa humana e resguardar a laicidade estatal? A hipótese consiste em que o Estado possui o dever de resguardar aos indivíduos de situações que possam prejudicar a sua dignidade, nas quais se inserem a intolerância e a discriminação. Como resultados, destaca-se que o Estado deve articular mecanismos para resguardar os indivíduos contra quaisquer situações que possam transgredir a sua dignidade. Enquanto o princípio da dignidade da pessoa humana busca garantir que os indivíduos sejam tratados de maneira igualitária, a laicidade estatal estabelece a neutralidade do Estado frente às manifestações religiosas, proporcionando aos fiéis, a livre exteriorização de sua crença. Para a elaboração do presente artigo, empregou-se o método dedutivo, tendo como técnicas de pesquisa, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental.

**Palavras-chave:** Estado Democrático de Direito. Dignidade da pessoa humana. Laicidade. Princípios constitucionais.